

---

**Pauta:** Terreno próximo à comunidade da Vila São Judas, pertencente à União, localizado próximo à Pontifícia Universidade Católica do RS

**PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL):** (10h29min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Bom dia a todos e todas. Peço desculpas pela demora, pois estava recebendo o pessoal da coordenação da saúde da população negra no gabinete. Estamos no meio de uma Conferência Municipal de Saúde, então a gente tentou ajustar para que eu não perdesse a pauta sobre o Território Quilombola, Mariland, etc.. Agradeço a paciência de vocês. Hoje é a continuidade da pauta da discussão que a gente iniciou numa das primeiras reuniões deste ano, que foi a intervenção dessa comissão no leilão de uma área localizada próximo à PUC, na Av. Ipiranga. Essa pauta nos foi trazida pelo vereador que compõe esta comissão, Marcelo Sgarbossa. A gente está aqui com a nossa comissão já com quórum, pois está presente o Ver. Jessé Sangalli, que logo mais vai se juntar a nós, à Mesa; o Ver. Sgarbossa que é desta comissão e o Ver. Vitorino. Então temos quórum para seguirmos adiante com os encaminhamentos, com o consentimento dos vereadores que constroem a comissão.

Esta pauta foi proposta pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, e é sobre o terreno próximo à comunidade São Judas, pertencente à União. Lista de convidados que estão presentes: Karla Moroso, Arquiteta e Coordenadora da ONG CDES, Direitos Humanos; a Daniela Oliveira Tolfo, Antropóloga e Coordenadora da ONG CAMP; Denise Machado, presidente da Associação dos Moradores São Judas Tadeu, o Alexandre Santos Silveira, está no lugar dela; Yndáia Fraga, conselheira distrital de saúde; José Carlos Alves Neves, conselheiro local de saúde; Daiane Fonseca Teixeira Malabarba, Secretaria Estadual de Regularização Fundiária; a Claudete Simas, Acesso Cidadania e Direitos Humanos.

É de praxe, dentro da comissão, eu sempre proponho para quem trouxe a pauta para que a presida.

(O Ver. Marcelo Sgarbossa assume a presidência dos trabalhos.)

---

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom dia a todos e todas, eu quero agradecer aqui, Karen, a você especialmente, por ter, rapidamente, acolhido a pauta da comunidade que foi trazida através da Jane Brochado em conjunto com a Associação de Moradores, trazida pelo nosso gabinete, já no momento crucial. No ano passado o então Presidente Bolsonaro colocou à venda – eu não sei se todos – mas uma quantidade enorme de imóveis que pertencem à União Federal. E um desses imóveis é esse imóvel que nós estamos tratando aqui, ali na Av. Ipiranga, junto à comunidade São Judas.

Quero fazer uma referência também à Yndáia, conselheira de saúde... Bom, não vou lembrar de todo mundo, além do Rodrigo de Medeiros Silva, representando a Acesso Cidadania e Direitos Humanos.

Bom, quando foi trazida essa pauta para nós, já estava marcado o leilão, a cerimônia pública de leilão. Então imediatamente, não tinha outra saída a não ser conseguir parar esse leilão. E aí eu fui até Brasília, gente, sentei com a pessoa responsável por esse tema, lá na Secretaria do Patrimônio da União, e ela me disse: olha, para suspender, para prorrogar esse leilão, nós precisamos que tenha algum interesse com fim público dessa área. E aí eu disse: fui procurado pela comunidade, tem interesse sim. E aí prontamente a Ver.<sup>a</sup> Karen pautou esse assunto na Comissão, e nós fizemos então, demonstrando que a Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação tinha interesse e estava pautado esse assunto, que é hoje o dia reunião. E isso foi suficiente para prorrogar o leilão; está prorrogado para o dia 28. Também me informaram que o governo federal mandou uma carta para a Prefeitura de Porto Alegre e para o governo do Estado, perguntando se havia interesse em utilizar essa área, antes de colocá-la a leilão. E não receberam respostas. Esse é um tema aqui, depois eu vou passar a palavra para a Daiane, que é da Secretaria de Habitação, núcleo de regularização fundiária, perguntei agora informalmente, mas depois ela vai falar. Está havendo um processo de regularização fundiária na comunidade São Judas e o setor responsável não consultado sobre isso. Então isso é uma primeira questão, que depois eu gostaria Daiane que você confirmasse isso, pelo menos que não chegou no núcleo de vocês essa informação.

---

---

O governo da União, na época governo Bolsonaro, entendeu como a Prefeitura e o Estado não se manifestaram, não tinham interesse. Então hoje é uma reunião que só a presença de vocês aqui demonstra um claro interesse em ter um espaço para ser utilizado, porque ali na região não tem nenhum equipamento público disponível para a comunidade. É uma comunidade que fica embretada entre duas rodovias, eu diria assim, que é a Av. Ipiranga e a Av. Bento Gonçalves. Não tem um espaço para as crianças brincarem, as crianças brincam na rua que leva da Av. Bento Gonçalves para a Av. Ipiranga, mas também se torna um lugar ou violento. Muitas vezes a gente vai nas comunidades e vê as crianças brincando nas ruas que são ruas pouco transitadas, ali não, ali é muito transitada que coloca em risco a vida das crianças. Realmente, um espaço para a comunidade é fundamental.

Eu faço esta abertura um pouco demorada, porque eu acho que só a presença de todas as entidades que estão aqui e da Secretaria de Habilitação através do Núcleo de Regularização Fundiária, mostrando que, sim, pode ser utilizada esta área para uma finalidade da comunidade, já é uma demonstração para gente conseguir uma nova prorrogação ou, quem sabe, o cancelamento deste leilão e abrir um debate real com a Prefeitura, que, infelizmente, não está aqui, foi convidada, e que, no mínimo, não se oponham a que a comunidade, através da sua associação, possa receber como uma cedência este terreno que pode ser, no mínimo, de um campo de futebol, pode ser, no futuro, um posto de saúde, pode ser uma academia ao ar livre com equipamentos. Os vereadores, hoje, têm as emendas parlamentares que podem se comprometer em destinar emenda parlamentar, ou seja, talvez não falte nem dinheiro para um uso mínimo do espaço. Então, realmente, esperamos que, da reunião de hoje, a gente consiga dar um primeiro passo para que aquela área seja realmente utilizada pela comunidade. Vou começar pela comunidade, passar para o Alexandre, que tu podes me contradizer, Alexandre, se há interesse ou não de a comunidade ter um espaço, um equipamento público. A Secretaria do Patrimônio da União disse que tem outros terrenos ali perto que são até melhores que aquele. Bom, está bem, vamos ficar com este e vamos ver os outros, mas não vamos trocar o certo, este terreno é grudado na comunidade, este eu não abriria mão. Se tem um

---

outro, vamos ver. Na reunião em Brasília, uma servidora que é da Secretaria do Patrimônio da União, que mora em Porto Alegre, disse que tem outros imóveis da União que poderiam ser utilizados, não disse qual. Essa é uma informação que nós deveríamos buscar, pode ser que tenha este terreno e outros, mas eu não abro mão de nada, eu acho que tudo tem que estar a favor da comunidade. O Sr. Alexandre Santos Silveira, vice-presidente da Amovita, está com a palavra.

**SR. ALEXANDRE SANTOS SILVEIRA:** Eu quero agradecer os vereadores desta comissão pela oportunidade; agradecer a todos da comunidade que vieram aqui que, na verdade, há mais de 50 anos luta para ter um espaço público; agradecer a Jane, porque foi ela que viu a reportagem no jornal. Eu quero passar um pouquinho do sentimento da comunidade. Aquilo nos alertou, nos chocou do jeito que trataram a comunidade, do jeito que trataram a nossa luta como se nós fossemos os invasores. Isso chateou todos nós e acredito que isso fortaleceu a Jane a começar a lutar junto com Ver. Marcelo. Eu quero falar um pouquinho da luta da comunidade por espaço público. Pesquisando, em 2009, houve um acordo com os moradores da comunidade que garantia área para creche comunitária. Moradores se reuniram, cederam pedaços dos seus terrenos para que a gente pudesse ter um lugar para crianças. Em 2009, nós iniciamos um trabalho para que pudéssemos ter uma creche na comunidade com a cedência de terrenos dos moradores. A associação, naquela época, conseguiu o apoio, a ajuda da UFRGS, a ajuda de várias identidades, para todo o projeto, um projeto ecológico, para que naquela área, doada por moradores, se construísse uma creche. Chegamos até o momento, em 2011, em que o prefeito foi até a nossa comunidade comunicar que tínhamos recebido, na época o prefeito Fortunati, as mulheres da comunidade com as crianças no colo, um sonho de ter a sua creche. no Orçamento Participativo – vocês podem ver que a gente fez todo processo – o valor para poder ser construída a creche, mas trocou o governo, tudo mudou, as coisas mudaram, perdemos o valor, perdemos o terreno, perdemos tudo. Lá se vai mais um sonho da comunidade de ter uma creche. Espaço público, um balanço, a gente precisa de um balanço para as crianças, a gente precisa de uma gangorra, a gente precisa. Por quê? Criança só sai para brincar sozinha,

---

numa praça... Porque a nossa vila é entre a Avenida Ipiranga e a Avenida Bento, são muito movimentadas. As crianças só vão conhecer uma creche sozinhas depois de seus 12 anos, 11 anos, quando elas podem ir sozinhas, senão ela depende do pai para pegar na mão e levar na praça. Então elas vêm dentro dos condomínios, a praça, onde ela pode sair, descer e brincar, mas a nossa vila não pode, nós não podemos. E quando a gente recebe a notícia de que nós somos os invasores, a gente fica muito triste com isso. Eu perdi, há muitos anos, o meu melhor amigo jogando bola na rua, a bola caiu na Avenida Ipiranga e ele faleceu, o meu melhor amigo, porque não tínhamos equipamento público, nós não tínhamos espaço para jogar futebol. Então a gente jogou na beira da Av. Ipiranga, a bola caiu, ele foi buscar a bola que ele tinha ganhado de Natal e o ônibus pegou, na vista de toda a comunidade. Então, quando a gente vem lutar, quando a gente vem falar sobre essas coisas, existe uma história, existe uma vida, existe uma luta. Isso que eu, quando eu vi a luta da Jane, das outras, da associação antiga, eu era um adolescente, um pré-adolescente e não entendia muito, mas hoje a gente entende que a luta vem de muitos anos. Então eu quero agradecer a todos aqui da comunidade por estarem aqui, muitos deixaram o trabalho. E o que a gente quer? Aquele terreno, ele tem que ser da comunidade, da associação, para fazer o que eles quiserem, porque eles merecem, não é de hoje, há mais de 50 anos. Então quero agradecer a todos aqui da comunidade e pedir esse terreno para a Associação de Moradores da Vila São Judas Tadeu. Muito obrigado.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Obrigado, Alexandre, para ver como a história não começou hoje. Por favor, Dra. Daiana, fique à vontade.

**SRA. DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARBA:** Bom dia a todos, eu sou da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária do governo do Estado do Rio Grande do Sul, sou diretora do departamento de regularização fundiária, no qual estamos fazendo a regularização da Vila São Judas. Agradecemos também pelo convite que nos foi dado, porque eu acho importante, como nós estamos

---

fazendo o procedimento de regularização fundiária, nós estarmos presentes neste encontro e debatermos juntos, embora essa área seja da União e não do Estado, a competência seria da União, nós viemos como ouvintes e também, se pudermos, contribuir para alguma situação. Referente à consulta, se nós, como Estado, tivéssemos interesse por essa área, não posso afirmar agora. Eu trouxe dois técnicos que trabalham e estão bem por dentro do procedimento dessa regularização, se fomos consultados ou não. Geralmente a consulta é feita pela Secretaria de Planejamento e Governança e Gestão, a SPGG, porque dela tem um setor, um departamento que é o DEAP que faz toda a gestão dos imóveis do governo do Estado. Então, geralmente, se vier alguma consulta para saber se o Estado tem algum interesse em alguma área, vai para esse departamento e, se entenderem que nós tivéssemos algum interesse, nos passavam essa consulta para nós vermos se nós temos interesse ou não. Posso olhar os procedimentos administrativos depois que chegar lá na Secretaria para nós vermos se teve alguma consulta referente a essa solicitação dessa área. Estou aqui como ouvinte e, especificamente sobre a área, não sei se tem alguém da União que veio, que seria mais competente para auxiliar sobre esse assunto.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Sra. Daiana, deixa eu aproveitar uma pergunta. A União simplesmente, pelo governo anterior, botou à venda, não tem interesse em fazer nada. Eu lhe perguntaria uma outra questão: naquele espaço ali tem vários prédios, um deles é uma espécie de um galpão, que a gente sabe que está vazio. A regularização que vocês... Se a senhora não puder responder, os técnicos, depois, se esse espaço também não poderia ser cedido para a comunidade. Esse galpão, que me parece que se colocavam...

**DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARDA:** Eu tenho aqui o desenho até. Aqui é a parte que a gente está fazendo a regularização, e eu acho que é desta parte aqui que tu estás falando, não é?

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Isso.

---

**DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARDA:** Exatamente, como a área não é nossa... E está à venda essa, não é? Leiloadada. É essa área, não é?

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** A que está sendo leiloadada é a parte da frente.

**DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARDA:** De quem é essa área aqui?

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** É do Estado, pelo que nós sabemos.

**DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARDA:** Eu tenho que verificar isso lá, de quem é a área.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom, já deixo aqui o registro que, se ninguém quiser, a comunidade quer.

**DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARDA:** Assim, agora, de antemão, eu não posso responder, tem que verificar na matrícula, para ver se realmente é do Estado, ou se já não foi doada, tem que ver no documento, na matrícula, como é que está registrado.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Está bem. O Sr. Rodrigo está com a palavra.

**SR. RODRIGO DE MEDEIROS SILVA:** Eu sou Rodrigo de Medeiros, da Acesso – Cidadania e Direitos Humanos. A gente, enquanto organização da sociedade civil, vem aqui somar nessa luta da associação de moradores – cumprimento o Marcelo, a Ver.<sup>a</sup> Karen –, que, na verdade, é uma luta pelo direito à cidade. A gente está em alguns conselhos municipais, em alguns espaços também acompanhando a questão da política de moradia e de cidadania, de poderem as pessoas, as comunidades, as vilas escolherem como se organizar, para onde

---

vão os recursos públicos. Como o Alexandre narrou, já tem um histórico de participação, de encaminhamento no Orçamento Participativo. Então há um descaso aí de muito tempo, não é um descaso de hoje. Uma solução com diálogo, parece, é fácil, não precisa judicializar, pode se resolver tranquilamente com respeito à vontade das pessoas que, realmente, estão vivendo naquele local, e não com interesses outros, políticos, econômicos, mas, sim, pensando na vida dessas pessoas. Eu queria fazer este registro e dar acesso nos espaços que participamos, de conselhos, e também junto aos espaços da sociedade civil, onde estamos também acompanhando situações como essa. Vamos nos somar ao que for preciso, ao que for pertinente à nossa ação enquanto organização. Obrigado.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Obrigado, Rodrigo. Registro a chegada da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth, com o chimarrão. Passo a palavra para a Sra. Karla Moroso, que é arquiteta e coordenadora da ONG CDES em direitos humanos.

**SRA. KARLA MOROSO:** Bom dia. Sou arquiteta urbanista, sou diretora executiva da ONG CDES – Direitos Humanos. Vou começar minha fala dizendo da minha relação com a comunidade da São Judas Tadeu. A primeira vez que eu coloquei meus pés lá foi como estagiária da Secretaria de Habitação do Estado, Departamento de Regularização Fundiária. Depois de formada, busquei apoiar a comunidade no processo de regularização fundiária ainda com recursos do governo federal, na época, do Programa Papel Passado, isso lá em 2006. Quero dizer que essa luta pela regularização fundiária da comunidade, ela é grande, ela é de bastante tempo, muito embora a minha idade, eu acompanhei, digamos, menos da metade da luta dos moradores de lá. Eu queria pontuar algumas questões com relação à área. A primeira é dizer que o Estado impugnou o edital através da SPGG, só que o Rio Grande do Sul impugnou esse edital, entre outras coisas, contestou em função da dominialidade. O Estado do Rio Grande do Sul acionou sete processos de reintegração de posse com vários posseiros no entorno daquela área. É importante colocar isso para a gente olhar



---

a área que está sendo leiloadada dentro do contexto, vamos dizer assim, daquele quarteirão. Na realidade, houve ali a ocupação das famílias há bastante tempo, depois o pessoal pode falar, há décadas houve ocupação pelas revendas de automóveis, houve várias ocupações no entorno, e, no decorrer desse período, algumas intervenções urbanísticas que envolveram não só a PUC, mas a própria Av. Ipiranga. Então existe, sim, uma questão confusa com relação às poligonais e existe uma sobreposição de matrículas, inclusive esse ponto foi o motivo da regularização fundiária da área não avançar, pelo menos desde 2003, que é a época em que eu estava no Departamento de Regularização Fundiária do Estado, essa questão da poligonal da área, quando a gente vai começar uma ação, a primeira questão é de que área estamos falando, e a gente precisava, então, lá em 2003, definir que poligonal era essa, essa era uma questão. De lá para cá, muitos foram os avanços na regularização fundiária na legislação e isso deixou de ser uma questão; pena que, diante de tantos avanços normativos, a São Judas Tadeu ainda luta pela garantia da posse e da regularização fundiária. Nesse período todo a área foi urbanizada pelas ações provocadas pela comunidade, através de vários meios, inclusive Orçamento Participativo, enfim, várias ações comunitárias ao longo do tempo que urbanizaram a área. Hoje a área é passível de regularização fundiária por uma questão mais, digamos assim, dominial, pela questão da titulação mesmo, a urbanização já está praticamente feita. Ocorre, porém, que a comunidade é carente de equipamentos públicos, e não só isso, já foi demanda da comunidade não só a questão da creche, mas também a do posto de saúde, não só para a São Judas Tadeu, mas para várias áreas ali do Partenon que são vizinhas da São Judas Tadeu. Essa luta não é de agora, quem lembra ali da ação da Amrigs na Vila São Pedro? Também pautada na esteira dessa discussão sobre a necessidade de ter um posto de saúde ali, ou seja, independentemente das questões burocráticas que envolvem o leilão, há também a necessidade da própria comunidade que não foi escutada na questão da venda e do leilão da área. Sem sombra de dúvidas aquela área atenderia não só as demandas por saúde e creche como também a demanda por possíveis realocações internas da comunidade, porque os estudos urbanísticos que foram feitos ali demonstram

---

---

que alguns setores precisam ser desafogados, e uma das grandes bandeiras da comunidade da São Judas é que ninguém arreda o pé dali, e aquela – área objeto do leilão – está ali, do lado, dentro da comunidade.

Uso isso para entrar no segundo ponto, que é o ponto do interesse sobre essa área. É um terreno enorme, de frente com a Ipiranga, em uma cidade que está colocada à venda. A gente está falando todos os dias, esta Câmara de Vereadores deve estar acompanhando, a questão do 4º Distrito e a questão das áreas centrais, mas a Ipiranga também é objeto de interesse do mercado imobiliário, então é óbvio que não há interesse do Município de Porto Alegre em estar aqui hoje, porque ele tem interesse que esse terreno caia na mão do mercado imobiliário e que ali se construa qualquer coisa que sirva aos interesses que não são os interesses sociais e comunitários. Esse é um ponto importante de ser colocado no radar, de que há, sim, interesse de que essa área seja leiloada e de que ela caia na mão... Que seja um prédio, que seja outro *shopping*, Porto Alegre quase não tem, só em volta da minha casa tem três, daqui a pouco eles querem fazer mais um! Acho que isso é importante colocar. Aí, para finalizar, eu acho importante que, para frear, para suspender esse leilão, a comunidade possa entrar num diálogo com o Estado, afinal de contas tem um processo de regularização fundiária ali, o Estado foi o autor ação que tentou impugnar, pedindo a suspensão desse leilão, alegando que ele é o proprietário, alegando questões, inclusive, que interferem na regularização fundiária da São Judas Tadeu. E quero dizer que na equipe de transição do governo federal houve uma ação chamada “revogaço”, e que essa ação suspendeu todos os leilões e vendas das áreas da União. É interessante entender por que essa área segue ali. Acho que essa é uma ação que pode ser encaminhada daqui, de por que, diante do “revogaço” que houve com relação especificamente às áreas da União, essa permanece ali. A ideia do “revogaço” era justamente é essa, de suspender todos os leilões e vendas das áreas públicas da União, para montar grupos de trabalho e definir a melhor forma de uso dessas áreas a partir das demandas de habitação de interesse social. Então, eu acho que isso tem que estar no radar também, tem que sair um encaminhamento bem concreto daqui com relação a isso. Era isso, gente, muito obrigado.

---

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Eu quero dizer que a Dra. Daiane e a Karla vão ter que conversar muito, porque eu acho que a Karla...

**SRA. DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARBA:** É, eu preciso do número desse processo judicial, pedindo lá para SPGG, para nós darmos uma olhada e, depois, voltar a conversar. Eu não vou opinar porque eu não fiz parte desse processo, nunca o li, então, primeiro, eu vou tomar propriedade para, depois, nós voltarmos a conversar.

**VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB):** Eu só queria esclarecer que, se Porto Alegre está à venda, na verdade, não é Porto Alegre que está vendendo aquele terreno, é a União. E o governo da União mudou. Então hoje nós temos um governo popular que poderia muito bem doar aquela área para a associação dos moradores. Se o governo, que se diz popular – eu acredito que seja –, tem interesse em doar aquela área ali, tem que juntar a Procuradoria do Município para que o Município aparelhe aquele terreno. Agora, ele não pode aparelhar enquanto a propriedade for da União. Então, eu acho que tem que construir melhor isso. Primeiro lugar, deveria ter alguém da União aqui, que é a proprietária do terreno, não está, o governo hoje é outro. O governo que queria vender aquele terreno era outro governo, que ainda bem que isso foi suspenso, que deverá ser suspenso novamente, porque 28 está aí. Então a comunidade está ali, já está passando por um processo de regularização fundiária, que eu acho um baita avanço. Se o terreno é da União e está ao lado e o Município hoje não tem nenhum compromisso de construir ali por não ser proprietário, vamos costurar isso. Vamos costurar Município e União! O interesse é social? Então a União pode doar o terreno. A associação é constituída, tem CNPJ, tudo bonitinho? Vereador, está mastigado, não é? Eu acho que esse deve ser o caminho.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Muito bem, Vitorino, acho que é esse o caminho sim. Vou passar para a Daniela, antropóloga e coordenadora da ONG CAMP.

---

---

**SRA. DANIELA OLIVEIRA TOLFO:** Bom dia todas e todos presentes. Eu sou a Daniela, do Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, mas também fui moradora da Vila São Judas Tadeu, no início da década dos anos 2000, durante oito anos. Também militei na Amovita durante esse tempo, com a Jane e outras companheiras e companheiros, a gente fez muitas lutas lá pela regularização fundiária nesse período que a Karla estava lá também. Essa luta pela creche, que o Alexandre aqui mencionou, a gente também fez lá com os moradores, foram momentos muito importantes de luta dessa comunidade, que eu pude ter o privilégio de viver junto com vocês e a gente venceu muitas. Vencemos, inclusive, em relação à PUC, que tantas vezes quis pegar principalmente as áreas da Rua Nelson Duarte Brochado, em função de estacionamento e outras coisas. Então a gente já tem muitas, muitas, muitas histórias de luta. Fico muito feliz dessa nova geração estar tocando a associação, junto com as pessoas que conhecem a história. Só queria trazer, diante disso, que eu acho que a comunidade está no caminho certo, está dialogando com todo mundo que tem que dialogar. Se o governo federal não suspendeu pelos motivos que a gente não sabe que... Apesar do “revogaço”, que a Karla comentou, essa área continua sendo colocada para leilão, alguma coisa aconteceu nesse meio aí que não chegou essa informação como deveria ter chegado, ou o governo não foi atrás, enfim, porque, de fato, era para ter sido revogado esse leilão ali. O fato é que não foi e o que a Karla traz de interesse privado é muito forte. A gente sempre discutia, lá na associação, que a gente não podia perder uma luta, porque, senão, eles iam avançar para dentro da comunidade, perdendo uma área ali, na Av. Ipiranga, tão importante como essa, para seja o que for de empreendimento, significa um avanço para dentro da comunidade. Então eu acho que os caminhos que a gente sempre desenhou – não é, Jane? – era o caminho formal que nós estamos fazendo aqui e o caminho da luta social. Então acho que é bem importante que a comunidade siga extremamente organizada e colocando essa questão na rua, chamando as parcerias para fazer a defesa, fazendo mobilização popular para que esse leilão não aconteça, para que seja impugnado. Ao mesmo tempo, seguir nesta batalha junto à CUTHAB e a outros, dialogando com o governo do Estado e a Prefeitura, fazendo pressão ao governo federal. Eu só

---

---

queria deixar esse recado. Coloco o CAMP à disposição, eu trabalho já há algum tempo no CAMP, que é uma organização que trabalha bastante com a questão dos direitos humanos, com geração de trabalho e renda, mas a gente tem essa história com a comunidade, o CAMP está sempre junto. Então, a gente está à disposição para seguir com vocês nessa batalha, por esses caminhos aí que a gente precisa seguir. É isso aí, obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** A Yndáia está com a palavra.

**SRA. YNDÁIA FRAGA:** Bom dia a todos e a todas. Eu faço parte então ali da Ceres e conheci a Jane nos movimentos, e desde então nós estamos lutando naquela área para ser colocado lá o nosso Posto Ceres, que abastece também a comunidade São Judas, gente, há mais de 30 anos. Porque o espaço onde nós estamos atualmente é alugado. Então, agora, com esse desmonte pelo SUS que está acontecendo, porque eles não são capacitados em saber o que realmente o SUS é e o que faz falta para a nossa comunidade, está um desleixo total. Então, para nós não perdermos o nosso espaço, nós estamos também tentando aquela área para colocar o nosso posto de saúde. Só que foi dito que ali não poderia, porque pertencia ao Município. Aí lá fomos nós no Município. “Não, não é do Município; é do Estado!” Gente, é um para cá e um para lá, e nós ficamos a ver navios. Graças, por enquanto, à nossa comunidade Ceres, que também atende a comunidade São Judas, o pessoal que está alugando o prédio, a Prefeitura deixou de pagar, mas, mesmo assim, eles não nos despejaram porque eles sabem que faz muita falta. Então, essa luta, para nós, não é de hoje. E cada vez mais, a cada troca de governo, nós vamos perdendo. E nós não temos voz para nada, porque, simplesmente, da noite para o dia, eles vão lá e assinam um documento e nós ficamos a ver navios. Só espero que essa Mesa composta possa nos ajudar, porque o que é da comunidade é da comunidade. Se aquele espaço está ali e a São Judas é carente, precisa de um posto de saúde, de uma creche ou o que for preciso para colocar na comunidade, nós, da comunidade Ceres, estamos junto nessa luta. Então, eu conto com o apoio de

---

---

vocês para que a gente simplesmente barre, assim como sempre nos barram, porque nós somos um todo, porque eles dependem de nós para estar no governo. Então, a hora é agora de nós juntarmos e termos o que é nosso, o que é da nossa comunidade. Muito obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** O Vilson está com a palavra.

**SR. VILSON DE QUADROS:** Bom dia. Meu nome é Vilson, eu moro na São Judas Tadeu há 53 anos, e aquele terreno ali tem mais mistério do que as pirâmides do Egito. Nós tivemos várias reuniões ali na frente do terreno para a colocação do postinho da Ceres. Tu mencionaste aqui a época em que o governo não estava pagando o aluguel do prédio. Naquela época o senhor Tarso Genro estava no governo. A Jane está balançando a cabeça... Tá, tudo bem, mas ele estava no governo. Pouco antes de sair, eu não sei quem foi que doou o terreno para a União e até há poucos dias tinha uma placa ali. Eu tenho foto da placa. Hoje, quando eu saí para a reunião, a primeira coisa que eu pensei foi: "Vou ver e vou tirar uma foto da placa." Infelizmente a placa não está mais lá, e aquilo ali está virando um estacionamento; onde era para construir uma escola! E eu vou achar essa placa nem que eu tenha que revirar o Egito. Então, são coisas que acontecem da noite para o dia. Se o terreno era do Estado, foi liberado para a União, agora, sem a plaquinha voltou a ser do Estado... Bom, se é do Estado, é nosso. E se a gente não prezar a saúde do Brasil, que está uma porcaria, se a gente não se preocupar com a saúde, principalmente com o postinho e com a creche ali, não vai ser com carnaval que a gente vai ter que se preocupar, né, gente? (Palmas.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** A Jane está com a palavra.

**SRA. JANE BROCHADO:** Bom dia, pessoal.

---

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Não vai defender o Tarso, né? (Risadas.)

**SRA. JANE BROCHADO:** O Vilson está meio velhinho, só 53 anos faz que ele mora lá, imaginem o que ele tem de idade, né? Então, está meio caduco. Bom, fui citada aqui várias vezes porque sou uma lutadora do movimento social em várias frentes, sempre em defesa da minha comunidade, sempre em defesa do Partenon e da Vila São Judas Tadeu. Eu fico abismada quando eu vejo alguém do governo vir aqui dizer que não sabia que aquilo estava acontecendo. É um absurdo, nós estamos no processo de regularização fundiária desde 1998, pessoal – 1998, minha senhora, desculpa! Entra membro, sai membro, entra diretoria, sai diretoria, entra governo e sai governo e, todos eles, cada vez que a gente os chama para conversar, eles nos dizem a mesma: “Nós não sabíamos”. Eles não sabem nem onde é que fica a nossa comunidade! Desde 1998, nós fazemos a mesma luta, e os governos que entram e que saem não sabem onde fica a nossa comunidade! O galpão a que o Marcelo se referiu está dentro da nossa comunidade, ele está abandonado há mais de 30 anos! Nós já pedimos esse galpão para fazer posto de saúde; nós já pedimos para fazer a escola de educação infantil; nós já pedimos para fazer praça... Tudo o que eles nos respondem é: “Tem projeto”, mas o projeto nunca se concretiza, pessoal, nunca se realiza, e nós continuamos sempre na mesma situação. Isso é desgastante, eu vou morrer na frente desse microfone gritando a mesma coisa sem que nenhum governo tome nenhuma atitude! É uma vergonha – é uma vergonha! É uma vergonha ir para a televisão e falar em participação popular. Para que participação popular se, chega na hora H, o governo vem para uma audiência como esta, e não sabe do que está sendo falado... Como é, minha senhora, que a senhora assumiu o Derer e não sabe que a Vila São Judas está, desde 1998, dentro do processo de regularização fundiária? Que existem, na Vila São Judas, várias carências de equipamento público?

**SRA. DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARBA:** Com licença, Como é seu nome? Desculpa é uma questão de ordem.

---

**SRA. JANE BROCHADO:** Meu nome é Jane Brochado.

**SRA. DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARBA:** Jane, em nenhum momento eu falei... eu falei que a área é da União. Quem deveria estar aqui era a União, porque o debate é sobre a área da União.

**SRA. JANE BROCHADO:** Então, senhora só deixa eu lhe esclarecer.

**SRA. DAIANE FONSECA TEIXEIRA MALABARBA:** Eu vim aqui como convidada, e sobre a regularização fundiária a qual o meu departamento tem competência, então eu vim aqui para nós conversarmos, inclusive para conhecer a comunidade e estarmos junto com vocês. Faz dois meses que eu sou diretora desse departamento, e eu estou aqui querendo conversar com a comunidade, e é exatamente o contrário do que a senhora está aí relatando.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Só um minutinho, eu estou presidindo, acabei não intervindo. Não precisa ser um debate polarizado aqui, acho que estamos todos no mesmo caminho, todos querendo resolver e atender o melhor. Na relação aqui da organização das falas, a gente tem que garantir quem estava falando, ela acabou entrando. Nós não temos aqui o poder de bloquear microfone e nem é preciso fazer, acho que é um exercício de educação. Debates nesta Casa são o que mais acontecem, isso é da democracia, alguma exaltação inclusive, isso está tudo dentro, digamos, das quatro linhas do campo. Então, também a exaltação da Jane é uma exaltação justificada, porque realmente... Eu estou entrando agora nesse debate, eu conheci a comunidade por ter estudado na PUC, então estou caindo de paraquedas aqui, mas também me coloco à disposição para ajudar. Toda a tua indignação, Jane, então, Dra. Daiane, entenda indignação da Jane, de quem já ouviu, várias vezes, representantes do governo fazerem a mesma fala. Então, não é pessoalizado para a Dra. Daiane, é uma crítica ao não funcionamento das instituições democráticas, públicas, com todos os seus limites. Então, não é uma questão pessoal, mas eu só pediria, para melhor organização do nosso debate,



---

que um fale, depois o outro se inscreve e pode falar, todo mundo pode falar, não é um problema de tolher a fala. Sra. Jane, por favor.

**SRA. JANE BROCHADO:** Então, só para contextualizar, para colocá-la a par, aquela área ali, como o Vilson acabou de dizer, ela era uma área do governo Estado. A Carla mencionou, quando nós entramos no processo regularização, nós provocamos o governo do Estado, na época, para que ele entrasse com a reintegração de posse daquelas áreas que eram dos picaretas ali na Av. Ipiranga, para que a comunidade pudesse utilizar aquelas áreas para reassentamento, para equipamento público – ela era da do governo do Estado aquela área, ela está dentro da matrícula do governo do Estado. E, agora, não sei em que momento, em que governo, o que aconteceu, que estava lá a plaquinha, como o Vilson fala, que agora então era uma área da União, mais propriamente, da Associação Fundação dos Funcionários do Ministério do Trabalho, era essa placa que o Vilson deve ter a foto. Essa placa estava lá até há alguns meses, quando o DAF, que é do governo do Estado, abriu um portão para dentro daquela área e passou a estacionar ali caminhões e automóveis dos trabalhadores daquela instituição, da Divisão de Abastecimento Farmacêutico do governo do Estado.

Então, quando a gente vai lá e senta numa cadeira, a gente tem responsabilidade naquela cadeira que a gente sentou. E uma das responsabilidades é a regularização fundiária, é saber que a nossa área não tem nenhum equipamento público. O que nós queremos com aquela área é isso. Pode parecer confuso que a Yndáia venha aqui falar em posto de saúde, o Alexandre falar em creche, eu falar em praças. Pode ser confuso para algumas pessoas, mas, para quem não tem nada, para quem precisa de tudo, o que for colocado naquela área lá está de bom tamanho para nós. E nós queremos que aquela área, já que o governo do municipal não sabe o que fazer, o governo estadual também não sabe o que fazer, e o governo federal muito menos, não sabe nem onde é que fica, dá para nós. Dá para nós! Nós sabemos o que vamos fazer com aquilo. Nós vamos nos organizar e vamos procurar projeto que a gente já tem, que a gente já construiu o projeto. Nós vamos organizar e nós vamos buscar grana para construir o

---

projeto, entende? O governo não tem dinheiro. O Estado não tem dinheiro. Ninguém tem dinheiro, então dá para os pobres da São Judas, que nós vamos saber o que fazer e nós vamos conseguir dinheiro.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Registro a presença do Luiz, que representa o Ver. Jonas Reis. Devolvo a palavra a Ver<sup>a</sup> Karen Santos.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Eu estava pensando aqui a partir do que vocês trouxeram na Mesa e no plenário sobre possibilidades de encaminhamento. O Vitorino é trabalhador da SMSUrb, agora está vereador, mas boa parte dessa questão de poda, capina, asfaltamento, patrolagem é a rotina de trabalho do Vitorino e nós estávamos meio que tentando costurar alguns caminhos. Acho que a comunidade tem que sentar em assembleia e pensar qual o plano A, praça, parque, creche, posto de saúde, porque cada um deles terá um caminho. Eu acho mais interessante, e conversando com o Vitorino nesse sentido, neste momento, o equipamento público praça e parque, sendo doado para a associação aquele terreno, fica mais viável pensar equipamento de ginástica, de pracinha. Emenda impositiva, Marcelo, a gente pode sentar junto com os mandatos, conversar com outros vereadores, passar o chapéu, e garantir o equipamento público praça e parque, doado o terreno para a associação.

Depois, se a associação tiver a urgência da uma unidade de saúde, aí tem que desafetar aquilo lá, para que volte a ser um próprio municipal. Para ser unidade de saúde tem que ter um outro caminho, que é desde projeto arquitetônico até servidor, trabalhador, para ocupar aquele espaço, então, é um caminho mais difícil pela urgência do debate do leilão. Acho mais viável, neste momento, o equipamento público praça e parque. Creche comunitária, igual, quem constrói a estrutura da creche é a comunidade. A gente não pode destinar emenda impositiva para construção de creche comunitária. São questões que vocês, em assembleia, em reunião, têm que decidir isso, mas a minha sugestão acho que é o caminho mais fácil hoje, equipamento público praça e parque, para espaço de lazer. Aí a gente sentaria com o secretário André Barbosa, da SMAP, com a

---

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e com a Secretaria Municipal de Esporte, para pensar esse caminho, esse projeto arquitetônico, para ocupar aquele espaço da associação, já sendo da associação, colocar um equipamento público ali em cima. A gente sempre debate as emendas impositivas no final do ano, em novembro e dezembro, estamos sentando junto com os movimentos, com as associações, isso é votado no final do ano, na Lei Orçamentária Anual, e começa a ser executado no ano seguinte. Ou seja, em 2024, a gente teria a execução, e aí tem que ser executado no ano corrente, da praça ou do campinho... Aí a gente pensa junto e vocês nos demandam.

Fundamental agora é o que vocês querem, em conjunto com isso, qual a mediação que a gente estabelece com a União. A União pode doar esse terreno diretamente para a associação, não precisa passar pelo governo municipal. Eu acho que a pressão tem que ser, para que a gente consiga intervir nesse sentido, não sei se os nossos deputados federais já foram acionados, Sgarbossa, mas acho que a gente tem que construir um manifesto e conversar com os outros deputados federais para que eles intervenham de novo nesse leilão. Já teve uma intervenção da CUTHAB, acho que é importante ter uma intervenção do campo para que se faça valer esse acordo que a gente está definindo aqui, um pedido de informações à Secretaria do Estado em relação àquele galpão, para ver em que departamento está, se está no Estado ou se está na União aquele espaço ocioso ali, e nós, acho que vamos atrás dessa reunião com o poder público municipal, mas tudo isso tem que andar junto, não é uma coisa, ou outra, ou outra. A gente tem uma semana, esse prazo do dia 28 como limite, e eu gosto do prazo, porque senão a gente se perde, porque tem tantas demandas aqui dentro, que as coisas acabam meio que ficando, para pressionar também, para que a gente tenha... Se precisar alimentar os deputados estaduais, esse manifesto que a gente vai fazer, da necessidade desse terreno ser doado para a associação, a gente ia ter, pelo menos, Vitorino, um compromisso da SMAP e da SMSUrb, de que a gente vai destinar recursos da emenda impositiva, a gente pode colocar isso dentro de um acordo. Vai ter um equipamento público ali, simplesmente não vai ficar um terreno para associação, porque a associação também não é... O que faz com aquele terreno ali? Eu acho que objetivamente

---

---

dá para a gente trabalhar junto nisso. Então, seriam esses três encaminhamentos para andarem juntos. O que mais me preocupa hoje é isso, como é que tu intervéns, porque eu não conheço os caminhos, para que o governo federal faça a doação dessa área com urgência. Não sei qual é o caminho, acho que a gente tem que ir atrás disso, Sgarbossa.

**VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB):** Fiquei um pouco preocupado com essa questão de que a senhora colocou muito bem, meus parabéns. A sua indignação é justa, porque lá tinha uma placa dizendo que esse terreno era da Associação dos Trabalhadores do Ministério do Trabalho. Alguém doou para eles; doou, vendeu, pagou dívida, não sei qual foi a... Alguém fez isso. Se doou, pagou, fez alguma coisa, a primeira coisa... Já que o Ver. Marcelo provocou isso, e eu acredito que ele esteja à frente disso com vocês, tem que procurar um deputado federal, ou alguns deputados federais para chegar na União, essa discussão, amanhã, porque senão vão vender, e depois que vender vai ser muito mais difícil. Então, a preocupação número um é garantir o terreno, depois, se o terreno for da associação, a Ver.<sup>a</sup> Karen colocou muito bem, eu estou licenciado agora, mas volto para a Secretaria de Serviços Urbanos, colocar uma praça ou colocar qualquer equipamento que demarque que aquela área é da associação, o poder público municipal pode fazer. Hoje, o poder público municipal, se fizer qualquer coisa lá, vai ser invasor, como qualquer um que ocupar, porque a área não é do Município. É uma sucessão de erros, e aí a sua indignação tem razão, e olha que... Eu concordo com que o senhor falou, pode não ter sido o ex-governador Tarso, talvez o senhor estivesse falando quando ele foi governador, mas não importa quem foi e nem o partido, passaram vários governos, e de todos os partidos, em qualquer esfera, federal, estadual e municipal, e os moradores continuam ali, pedindo um terreno que está há 30 anos com um galpão abandonado. Por isso a sua indignação é muito justa. Eu sou um vereador da base do governo municipal e eu devo dizer a vocês o seguinte: o primeiro passo é procurar deputados federais, e os dois vereadores que estão ao meu lado aqui têm vários deputados federais da base do governo federal, e o governo federal tem que dar uma solução com relação ao terreno, se ele é proprietário, se doou

---

para alguém; então que desfaça essa doação, que permute por outro terreno, porque essas associações de funcionários do Judiciário ou da Justiça do Trabalho, enfim, são milionárias, vocês sabem disso, são gigantes perto da associação dos moradores, mas vocês são gigantes porque vocês podem vencer essa luta procurando ajuda dos parlamentares, porque amanhã ou depois eles vão construir algo ali, e aí nunca mais vocês vão ver aquela área.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB):** Isso reforça a preocupação, e a Ver.<sup>a</sup> Karen falou muito bem, o prazo é ruim, mas ao mesmo tempo ele nos força a correr, e vocês já esperaram tantos anos, mas agora tem dias para resolver isso, e tem que procurar um deputado federal que leve até à União. Está aí um governo que representa muitos que estão aqui. Então, agora é a hora da gente resolver isso. Se o outro queria vender tudo, talvez esse não pense da mesma forma, quem sabe está aí a solução. Obrigado.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Registro aqui a presença do Ver. Tiago Albrecht. Bem-vindo, Tiago, não é da comissão, mas tem interesse no assunto. Obrigado.

Vitorino, enquanto a Katia está subindo, o governo federal consultou o Estado e o Município, que silenciaram, foi o que me disse... Eu não pedi cópia dos ofícios. Eu digo que aqui não vale a pena dizer: "O governo tal – eu posso responder pelo governo que consultou; se ele consultou, vamos admitir isso como verdade, e o Município silenciou, faltou o município, o prefeito que representa a população de Porto Alegre, consultar a comunidade se ela tinha interesse; então, acho que não precisamos aqui fazer falas, tentando atribuir responsabilidades a Bolsonaro, a Lula, a Melo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

---

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom, não sei se era da associação; daí é muita informação que não nos ajuda aqui. Acho que aqui nós queremos resolver, então não precisamos ter uma busca de quem é a responsabilidade. A Sra. Katia Alexandre Fonseca Aita está com a palavra.

**SRA. KATIA ALEXANDRE FONSECA AITA:** Bom dia, sou secretária da associação Amovita, vila São Judas Tadeu. Eu quero me direcionar à Dra. Daiane. Em relação àquele galpão, Dra. Daiane, só queria localizar ali para a senhora achar melhor, é a antiga Prosan que está mais de 30 anos, há 32 anos, era do Estado, era o abastecimento dos caminhões do Estado, não sei que tipo de material era, se era a medicação ou não, mas está parado há mais de 30 anos. Como a senhora é do Estado, estamos lutando, claro, pela área federal; mas como a senhora já está aqui, é do Estado, se puder ver também essa parte do galpão, do Prosan, como disse a colega da Unidade de Saúde Ceres, que é o postinho de saúde que é muito importante. Lá está alugado, alugado. E se for realmente do Estado aquela área, se a senhora puder lutar por isso, ver também, se por acaso passar a Ceres para aquele lado da Prosan, porque daí aquele espaço que é federal seria o parque/prça, já resolvendo até... E aquela parte do Prosan, antigo Prosan – só estou falando o nome para a senhora se localizar, porque, de repente, fala galpão, galpão, e não se sabe onde é. Colocar, puxar a Ceres para aquele lado ali, porque abrange tudo, tanto a Av. Ipiranga, como a Bento Gonçalves. Se a senhora puder também resolver isso, até uma pauta mas adiante, para resolvermos, porque não é federal, é mais perto de nós, é estadual, eu acho, porque até então era, se puder nos ajudar nisso aí. A Saúde é muito importante, já tem todos os equipamentos, já tem o pessoal, tudo, puxa nós para ali, porque é um espaço muito grande. Ali, não só dá para fazer o posto, como outras coisas, porque o espaço é grande, era do Estado até então. Se a senhora puder ver isso para nós, eu lhe encaminho isso diretamente.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** A Sra. Karla Moroso está com a palavra.

---

**SRA. KARLA MOROSO:** Eu queria sugerir alguns encaminhamentos. Primeiro, acho que a gente tem que focar em questões bem concretas. O leilão está previsto para semana que vem, dia 28; a gente precisa achar uma estratégia de suspender ou frear esse leilão, senão, qualquer toda e qualquer discussão que está tendo aqui, sobre espaço na comunidade, vai para o bebeléu; segundo, queria colocar aqui, para a gente não tirar do radar, que existe, sim, uma dúvida: de quem é a área? Muito muito embora a União esteja na página da SPU, na parte de leilões, é público, é só entrar lá, está todo o processo lá, a União dizendo que está leiloando uma área que entende ser dela. No dia 14 de fevereiro de 2023, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão construiu todo um argumento para impugnar o edital, alegando a área ser do Estado. Hoje é dia 21 de março, então há menos de um mês o Estado fez toda uma construção jurídica argumentando que a área é dele, e a União...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. KARLA MOROSO:** É que ali não tem uma definição da matrícula. Justamente, a questão da dominialidade naquela região sempre foi um problema, isso consta, inclusive, na argumentação do Estado, aqui no documento, que foi a Danielle Calazans.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. KARLA MOROSO:** Isso, ela assumiu e em menos de 15 dias já escreveu esse parecer. Então, existe, sim; o Estado está dizendo que a área é dele, e a União está leiloando a área. Se isso não for sanado, se nós não colocarmos essas partes para dialogar, a área vai a leilão e já era. Então acho que a primeira questão é colocar esses atores a entender, acho que cabe, sim, uma conversa com o Patrimônio do Estado e a Habitação juntos para entender isso, ao mesmo tempo que tentar incidir no GT das áreas da União do Governo Federal para ver por que todos os leilões foram suspensos e esse não e colocar a par disso. Eu acho que essa é uma primeira ação política deve ser feita para ontem. O que vai

---

---

vir depois disso, que é o uso da área, a comunidade tem plenas condições de tocar, porque já tem projeto de creche, e foi a comunidade que promoveu e que executou isso com ajuda da universidade. A comunidade já discutiu projeto de regularização fundiária ali, a comunidade já fez atualização de topografia, já fez cadastros econômicos, já fez EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística, o Estado já fez, a comunidade já fez, então isso não é uma questão. Apresentar projeto, fazer orçamento, as assessorias técnicas estão aí apoiando e desde sempre estiveram. Então acho que esse é o segundo passo, depois de garantir que a área não vai ser vendida. Acho que esse deve ser o foco de encaminhamento daqui hoje. Obrigada.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom, a Ver.<sup>a</sup> Karen, na sua fala antes já fez outras sugestões de encaminhamento. É lógico que o urgente aqui é uma nova prorrogação ou o cancelamento do leilão que está previsto para dia 28. Dra. Daiane, veja só, essa fala da Karla traz um elemento assustador. Está colocado para leilão, é uma área que o Estado diz que é dele. Então, quer dizer, espero que o comprador não entre nessa loucura.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Se tem processo judicial, eu acho importante entrar enquanto amigo da corte. Vocês são uma associação, vocês são uma figura jurídica, vocês podem entrar nesse processo enquanto terceiros interessados, e o nome disso é *amicus curiae*. A gente já fez esse processo, essa construção em outras defesas de territórios quilombolas, e eu acho que tem muito a ver com esse momento. Se Estado e União estão disputando uma área, vocês entram como terceiros interessados. Segunda-feira, urgentemente, a gente precisa encaminhar – Fernanda, Dai, deputados do PSOL. O Ver. Tiago me colocou que vai ter uma cerimônia, inclusive, de comemoração dos 250 anos da cidade lá na Câmara dos Deputados. Se a gente pudesse já utilizar daquele espaço para fazer essa articulação, conversa com ministros dos direitos humanos, o que a gente consegue sentar, Sgarbossa, e pensar em âmbito de influência política, porque isso é uma decisão em última instância.

---



---

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Bom, a Karla vai me passar... Não tem processo judicial ainda. Gente, vamos lá, não tem processo judicial, para entrar com uma ação judicial tem que ter advogado, e aí tem custas, enfim, vamos devagar. Não é um encaminhamento da comissão, a não ser que algum vereador aqui possa... Eu sou advogado também, mas aqui são encaminhamentos de uma comissão parlamentar que está escutando o poder público e as entidades. O senhor queria falar?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Isso, a Karla me informou aqui que tem um processo administrativo. Se o Estado acha que a área é dele e a União acho que a área é dela, bom, eles podem discutir judicialmente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Se tivesse essa ação acontecendo, a associação poderia entrar como assistente; mas nem tem ação judicial.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. KARLA MOROSO:** Para impugnar o edital, a associação de moradores pode entrar com pedido de impugnação de edital dentro do prazo. Claudete, por favor, eu sou arquiteta, ajuda aqui.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Claudete, a gente tem notas taquigráficas; temos notas taquigráficas; tudo isso é documento oficial; todas as falas, para nós, são importantes em âmbito de relatoria. Então a gente sempre pede para se identificar, até para facilitar o trabalho dos trabalhadores aqui da Câmara que estão sempre nos demandando isso, e eu acho que a gente tem que respeitar o trabalho deles também. Então, pequenas colocações, usem o

---

microfone e falem seu nome e de onde vocês são. Isso é para ti também, Ver. Tiago.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Gente, a estratégia que a associação vai tomar não é um encaminhamento da comissão; a associação, depois da reunião, pode se reunir aqui, vamos entrar com ação judicial, mas não é um encaminhamento da comissão parlamentar, nós não temos interferências sobre a autonomia da associação, ela pode fazer o que ela quiser, mas é obvio que nós somos parceiros.

Então eu quero, Ver.<sup>a</sup> Karen, a vereadora sugeriu aqui encaminhamentos. O outro encaminhamento que a Carla, são complementares aos teus, é procurar o GT de áreas da União para entender o porquê que essa área não entrou na revogação da venda, ou seja, Bolsonaro botou tudo à venda, o governo Lula revogou quase todas as vendas. Por que não revogou essa? Esse processo que o Estado, há um mês e pouco atrás, disputa né, dizendo que o patrimônio é dele. Então nós temos que ter acesso a esse processo.

Eu só queria deixar aqui uma sugestão, Dra. Daiane, que é o seguinte: no mínimo, da sua área, do seu setor, há um tema que é a regularização fundiária, e, obviamente, a regularização fundiária envolve uma área que pode ser inclusive do Estado. Pelo menos é o que é a Carla nos coloca aqui que o Estado está disputando com a União essa área. Eu acho que essa informação de que há um processo de regularização fundiária e de que há no mínimo dúvida de quem é essa área toda, se esta informação chegasse para a Secretaria do Patrimônio da União nos ajuda a suspender o leilão novamente. Nós, enquanto comissão, faremos um ofício – concorda, não é, presidente Karen? – dizendo tudo que aconteceu aqui, e todos os encaminhamentos, inclusive com um compromisso nosso aqui dos vereadores poderem lutar por destinarem parte de emendas parlamentares, ou seja, dizer que também nos comprometemos com recursos financeiros em alguma medida. Acho que podemos colocar isso. Não sei se todos os vereadores querem destinar emendas para a comunidade. Da minha parte e da Karen, acho que sim. O.k.? Então nós estamos falando, tem interesse da comunidade, vereadores, que têm condições de destinar emendas,

---

destinarão e lutarão para que outros, convidarão outros colegas a fazerem o mesmo. Agora, da parte do setor de vocês, eu tenho aqui o *e-mail* da Secretaria do Patrimônio da União que me atendeu lá em Brasília. Vocês manifestarem diretamente que participaram de uma reunião hoje e que realmente existe um... É simples, é dizer a verdade. Informamos que tem um processo, nós, do departamento Tal, que agora não lembro, informamos que estamos em processo de regularização fundiária. Aí anexamos também esse processo que a Carla vai me passar aqui, esse processo em que o governo do Estado diz que a área é dele. Então, no mínimo, tem uma confusão aí. Então parem esse leilão para vocês não passem vergonha pelo menos, que é leiloar uma coisa que não é de vocês. Eu lhe faço esse pedido, pode não nos atender né, mas acho que nos ajudaria, porque a comissão consegui suspender um leilão só com base na ideia do interesse da comissão em discutir o assunto e pautar o assunto nesta reunião. Só isso já foi suficiente para suspender um leilão. Imagina se um órgão público, do Estado, diz: "Olha, estamos em processo de regularização; segura aí..." Ajudaria muito né. Então lhe faço esse pedido. Não é uma obrigação, quem sou eu, não sou autoridade para lhe impor nada. Eu acho que a gente pode terminar a reunião assim.

Eu sugiro, Ver.<sup>a</sup> Karen, que a gente paute uma nova reunião um pouco mais para frente né, não precisa a gente sair com a data agora. Nós faremos esse ofício, se a conseguir já ter as notas taquigráficas anexamos junto, e mandamos para Brasília imediatamente para eles suspenderem de novo o leilão; suspenderem ou prorrogarem, alguma coisa que não deixe acontecer nada no dia 28. Eu acho que esse...

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Nisso eu tenho acordo, eu acho que tem que, sim, aí a gente conversa agora, a associação acho que tem sim que entrar na justiça e intervir nesse processo administrativo de venda de uma área, de disputa de uma área que está à venda. Então acho que tem que entrar enquanto terceiro setor interessado, e, se precisar de advogado, a gente tem assessoria jurídica para isso e está à disposição da associação. GT Áreas da União. Quem é que vai fazer essa intervenção? Me preocupa isso sabe, porque

---

---

isso é urgente, é para a semana que vem, eu acho que, sim, tem que tentar fazer esse caminho judicial, ao mesmo tempo tem que ir lá e fazer essa articulação política. Quem é que pode ir lá? Tem previsão, Marcelo, para ir para Brasília semana que vem? Como é que essa construção?

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Karen, agora nós estamos num diálogo aqui...

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Porque eu estou querendo dividir os encaminhamentos, porque senão a gente encaminha...

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Então, eu, agora, me responsabilizo com a assessoria de a gente sentar e propor um ofício para a comissão; isso nós fazemos, certo? Se os outros vereadores derem o.k., nós fizemos esse ofício e mandamos imediatamente lá para Secretaria de Patrimônio da União e já sondamos – eu ligo lá e pergunto: isso é o insuficiente? “Ah, está bom, com isso a gente vai suspender de novo”. Com isso já suspendeu de novo. Esse é o primeiro passo. Eu não sei onde é esse grupo, Karla, quem são essas pessoas que estão tratando, se você tiver?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Está O.k. Se eu falarei com deputados? Falarei, mas o inferno são os outros, eu não posso que eles atenderam. Nós conseguimos suspender o leilão sem uma interferência de deputados, não que eu não tenha falado com alguns deputados, mas não andou. Foi simplesmente mostrando uma relevância pública que a secretaria – então eu, de novo, vou usar o mesmo método que funcionou. Vou falar com deputados? Vou, mas não posso eu aqui me comprometer pelos deputados, que eles vão atuar. Pedir a gente pede.

---

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Nesse ofício, eu acho que a gente anexa esse processo administrativo, porque eu acho inadmissível uma área estar à venda, inclusive com comprador, sendo que a gente não sabe se a área é do Estado ou da União. Então acho que tem que intervir nisso de uma forma bem incisiva no nosso ofício e, ao mesmo tempo, paralelamente a isso a associação também reivindicar essa área. Então acho que são duas coisas que podem não precisar de uma intervenção de um deputado, mas igual o CAMP – Centro de Assessoramento Multiprofissional – se puder também fazer essa movimentação da ir atrás de quem é que está responsável pelo GT de áreas da União, para gente minimamente tentar uma reunião em Brasília, sem ser semana que vem, com leilão suspenso, na outra, nos ajuda também nesse sentido. Depois a gente traz para o Município, sentamos SMAP, SMOI e SMSUrb para dar um sentido para aquela área em âmbito de município. Eu acho que agora é trabalhar para que jurídica e politicamente as coisas andem juntas, Sgarbossa.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** A Sra. Claudete está com a palavra.

**SRA. CLAUDETE SIMAS:** Bom dia a todos, só uma sugestão de encaminhamento para os ofícios, porque eu acho que a questão posta aqui vai muito além da questão de dominialidade. Não é a questão apenas de decidir se a área é da União, do Estado ou de quem é. Aqui nós temos o Município que é responsável pela Reurb e o Estado presente que diz que essa área ocupada pela comunidade está em regularização urbanística. Toda a área que está em regularização urbanística é demarcada, em todas as matrículas do entorno há uma pré-lotação para que não haja alteração nessas matrículas, ou seja, além da discussão da dominialidade, a gente tem uma questão de urbanização que a gente precisa, na verdade, definir. Ficou muito bem claro pelas falas da comunidade que existem necessidades de equipamentos, então, essa área está sob litígio, seja do ponto de vista social, seja do ponto de vista jurídico na sua dominialidade. Então eu acho que os ofícios têm que abordar essa questão que, para além do domínio, existe uma questão da regularização dessa comunidade

---

---

e que não pode ser colocada, na verdade, à venda da forma que está sendo feita, perante todas essas necessidades e dúvidas que pairam. Seria essa a minha sugestão. (Palmas.)

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Nos ajuda, Claudete, a escrever tudo que tu falaste, mas eu acho que isso...

**VEREADOR PROFESSOR VITORINO (MDB):** Ela foi na mesma linha do que a gente estava propondo. Inclusive esse ofício pode ser entregue a esses deputados. O Ver. Marcelo falou: “Eu não posso me responsabilizar pelos deputados”, de fato, mas ele pode entregar o ofício até para que eles entendam a situação. E, se constar no ofício essa questão que ela está falando da dúvida de quem é o proprietário das áreas do entorno da que está sendo regularizada, melhor ainda. Isso reforça ainda mais que não pode ser vendida.

**PRESIDENTE MARCELO SGARBOSSA (sem partido):** Muito bem, é mais um elemento, Dra. Daiane, que obviamente regularizar uma comunidade sem ter um equipamento público junto à comunidade é um problema. Regularização se trata de regularização de moradia digna, e a dignidade está com equipamentos públicos logicamente. Então seria já o motivo fundamental para o Estado ser o principal ator para dizer: só vamos regularizar ali se a União ceder para nós. Porque na nossa regularização, abrange um equipamento público também necessariamente. Eu acho que podemos encerrar aqui depois da reunião a gente pode conversar sobre estratégias da associação, sobre quem pode ajudar. Claudete, nos ajude a fazer esse ofício? Tuas falas foram muito boas. E eu acho que nós vamos fazer uma outra reunião, sim, com a presença de pessoas da SPU – a gente não escapa disso – e do Município. O Município não esteve presente na reunião, a União e o Município que não estiveram presentes. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h50min.)